

Exemplo vergonhoso

ERIKA KLINGL

DA EQUIPE DO CORREIO

O Brasil está mais uma vez na lista de países que convivem com o desrespeito aos direitos humanos. Desta vez, o que está em jogo é o tratamento dispensado por uma das maiores produtoras de alumínio do mundo à população atingida pela construção da usina hidrelétrica Candonga, em Minas Gerais. Um relatório, narrando a retirada dos moradores, o reassentamento e o apoio financeiro a pequenos produtores rurais, garimpeiros e pescadores, está na Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). A denúncia, feita por um grupo de 70 organizações não-governamentais (ONGs), coloca no banco dos réus a empresa canadense Alcan. O processo servirá para um ambicioso projeto da ONU: criar parâmetros para a atuação das multinacionais em países de Terceiro Mundo e nações em desenvolvimento.

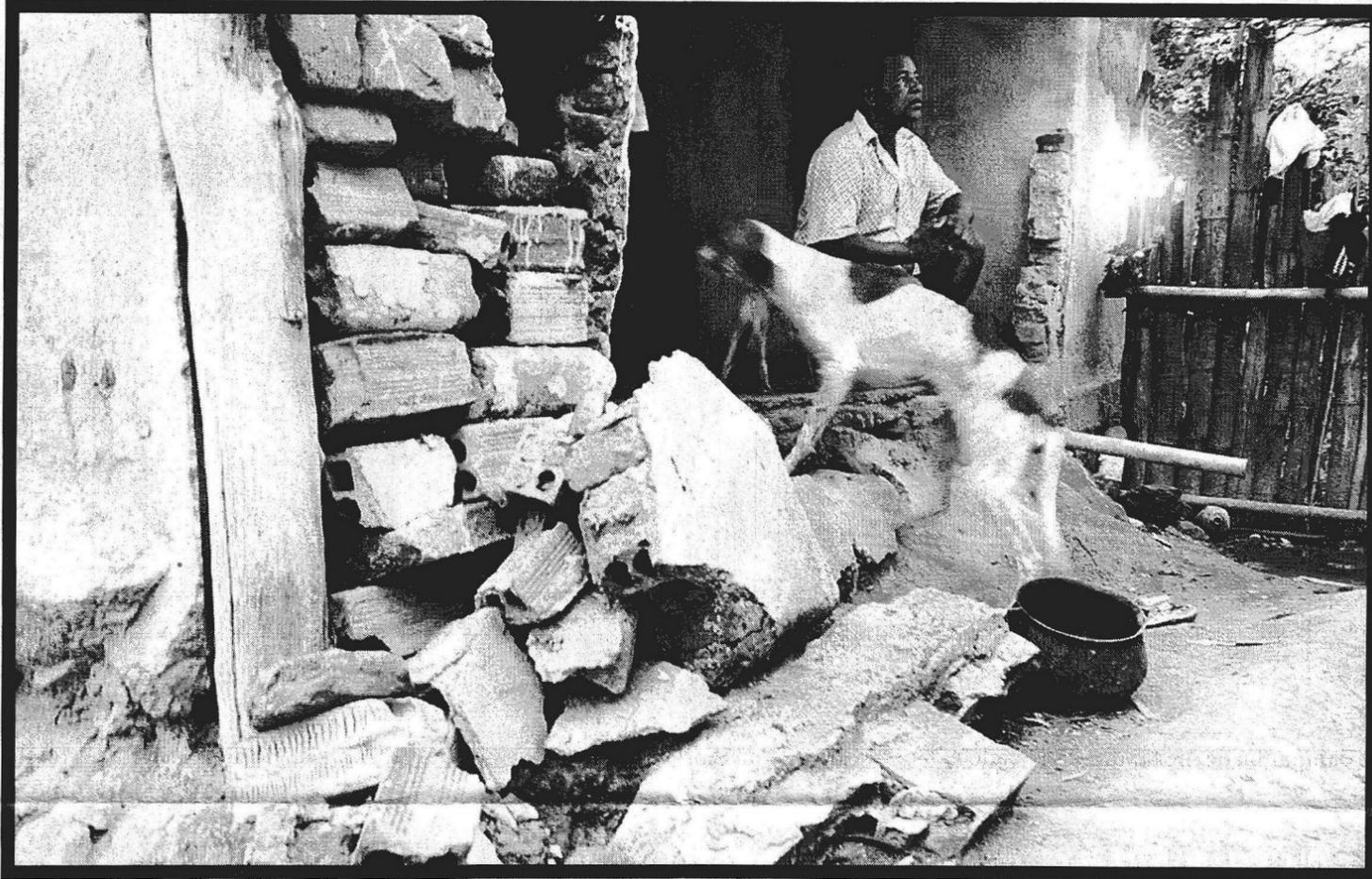
Durante a missão para a elaboração do relatório, a equipe da ONG Justiça Global entrevistou autoridades locais, como promotores, juízes, policiais e outros servidores públicos do estado de Minas Gerais, em especial do Conselho de Política Ambiental (COPAM) e da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Também foram entrevistados integrantes de várias famílias das cidades atingidas: São Sebastião do Soberbo e Santana do Deserto.

O texto apresentado à ONU acusa a empresa canadense de sérias omissões e problemas como o uso de ameaças e até de violência nas negociações com as famílias para a liberação da área inundada. Além disso, as ONGs denunciam a existência de uma grande discrepância entre o número de garimpeiros e meeiros reconhecidos e as sérias falhas na execução de medidas para desenvolvimento e reativação econômica das famílias deslocadas compulsoriamente das áreas urbana e rural de São Sebastião do Soberbo. "É notório o descumprimento de acordos no que se refere a indenizações e transferências de títulos de propriedade das casas de Nova Soberbo", cita o documento, referindo-se à cidade construída para receber a população desalojada com a construção da barragem.

A população

São Sebastião do Soberbo, em 2000, tinha 5.380 habitantes, que viviam, principalmente, da agricultura, mineração e criação de pequenos animais. A área urbana da antiga cidade foi completamente inundada em julho de

Felipe Prando/Divulgação



VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS: MORADORES DE SÃO SEBASTIÃO DO SOBERBO TIVERAM SUAS VIDAS GRAVEMENTE AFETADAS PELA CONSTRUÇÃO DE CANDONGA

2004, quando o reservatório começou a encher, deixando para trás séculos de história. "Meu avô, descendente direto dos escravos, chegou aqui pela primeira vez, há mais de 200 anos", declarou Maria das Graças Reis, 56 anos, em 5 de junho de 2004, em Nova Soberbo, à Justiça Global.

O relatório cita, entre outras coisas, o clima tenso com que foram realizadas as negociações. "Ameaças, mentiras e desinformação fizeram parte da vida diária dos residentes. Muitas famílias relataram que tiveram de assinar os acordos porque ouviram dizer que suas propriedades ti-

nam se tornado um bem de interesse público e que se não assinassem naquele momento, eles teriam que recorrer à justiça para discutir seus direitos e que receberiam muito menos ou coisa alguma", relata o documento.

Além disso, a cidade de Nova Soberbo, construída com 120 ca-

sas para receber os atingidos pela barragem de Candonga, não era adequada à forma de vida à qual essas pessoas estavam acostumadas. "Todas as casas foram construídas de acordo com padrões muito semelhantes. São todas cercadas, separadas por altos muros, com as frentes cobertas com gramas. O estilo é muito incomum para os moradores", afirma o relatório. Para piorar, os moradores reclamam de uma pequena área para quintal, como solo infértil e em declive. A Justiça Global presenciou moradores obrigados a criar animais dentro de casa.

O relatório aponta outro problema. De acordo com o relatório, a água que antes vinha do rio Doce, agora é amarelada e com altas concentrações de ferro e manganês considerados inadequados para consumo humano. "Para tentar minimizar o problema, altas quantidades de cloro foram adicionadas", cita o documento. Os moradores também se surpreenderam com o impressionante aumento do valor das contas de energia elétrica. As novas contas que eles recebem desde que se mudaram representam um valor três a quatro vezes maior que o das antigas. Segundo informações dos moradores, enquanto na velha Soberbo eles estavam cadastrados como zona rural, em Nova Soberbo foram cadastrados como zona urbana. Muitos estão sem condições de pagar as despesas da nova casa.